



Curitiba – PR, 22 de março de 2024.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO - 9010

A **GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITOS/A** (“Companhia” ou “Giro SCD”) em atendimento as disposições sociais e legais previstas no Estatuto Social e no Banco Central do Brasil (“Bacen”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa; e
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Giro SCD foi aprovada pela Administração em 22 de março de 2024.

Em observância às disposições das normas citadas anteriormente, a Diretoria da Giro SCD declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório dos



Auditor Independente referente às informações semestrais individuais relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Ronaldo Campos de Oliveira
Diretor Presidente

Fabricio Vermelho Martins
Diretor Vice-Presidente

Deividi Alexandre Cavarzan
Diretor Administrativo

Murilo Nelson Klock
Contador
CRC PR 035.345-O/8

GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2022

O exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sob a nossa

responsabilidade, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de março de 2023 sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 22 de março de 2024.

**SIDENI
MORATELLI:6
1317837991**

Assinado de forma
digital por SIDENI
MORATELLI:6131783
7991
Dados: 2024.03.25
08:56:28 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" PR

**JULIANO DOS
SANTOS
MACHADO:902
71823968**

Assinado de forma
digital por JULIANO DOS
SANTOS
MACHADO:90271823968
Dados: 2024.03.25
08:58:58 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" PR



Balanco Patrimonial do período findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Disponibilidades	5	724	346
Títulos e Valores Mobiliários		892	1.372
Aplicações de liquidez	5	892	1.372
Outros Créditos		174	2
Impostos a recuperar		19	
Devedores diversos	6	155	2
Total do Ativo Circulante		1.790	1.720
Total do Ativo		1.790	1.720
PASSIVO			
		31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Outros Passivos		268	158
Obrigações tributárias	7	112	129
Obrigações fornecedores		13	5
Obrigações estatutárias	8	33	
Outras obrigações	9	110	24
Total do Passivo circulante		268	158
Patrimônio líquido	10		
Capital social		1.500	1.500
(-) Capital a integralizar			(300)
Reserva legal		22	18
Reserva estatutária			344
Total do patrimônio líquido		1.522	1.562
Total do Passivo		1.790	1.720



Demonstração do Resultado do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º-Sem-2023	2º-Sem-2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operações de crédito			49		51
Receita de títulos e valores mobiliários (TVM's)		80	78	169	152
Receita de cessão de ativos financeiros		512	353	864	595
Outras receitas operacionais		869	259	1.241	259
Receita operacional líquida		1.461	739	2.274	1.057
(-) Deduções da Receita		(68)	(34)	(106)	(49)
Lucro bruto	11	1.393	705	2.168	1.008
(Despesas)/Receitas operacionais					
Despesas administrativas	12	(1.274)	(411)	(2.002)	(584)
Total das despesas operacionais		(1.274)	(411)	(2.002)	(584)
Resultado operacional		119	294	166	424
Resultado antes das provisões		119	294	166	424
Provisão IRPJ		(10)	(62)	(17)	(84)
Provisão CSLL		(6)	(62)	(10)	(73)
Lucro líquido do período		103	170	139	267



Demonstração do resultado abrangente do período findo em:
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º-Sem-2023</u>	<u>2º-Sem-2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado Líquido do Período	<u>103</u>	<u>170</u>	<u>139</u>	<u>267</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>103</u></u>	<u><u>170</u></u>	<u><u>139</u></u>	<u><u>267</u></u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Reserva de Lucros		Total
			Legal	Estatutária	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.500	(300)	5	90	1.295
Resultado do semestre				97	97
Destinações:					
Constituição de reserva			5	(5)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	1.500	(300)	10	182	1.392
Resultado do semestre				170	170
Destinações:					
Constituição de reserva			8	(8)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.500	(300)	18	344	1.562
Integralização capital social		300			300
Resultado do semestre				35	35
Destinações:					
Constituição de reserva			2	(2)	-
Dividendos a pagar				(377)	(377)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.500	-	20	-	1.520
Resultado do semestre				103	103
Destinações:					
Constituição de reserva			2	(2)	-
JCP pagos e/ou provisionados				(52)	(52)
Dividendos pagos e/ou provisionados				(49)	(49)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.500	-	22	-	1.522



Demonstração do fluxo de caixa do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º-Sem-2023	2º-Sem-2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-	-	-
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	119	294	166	424
	119	294	166	424
(Aumento)/Diminuição das contas ativas				
- Impostos a recuperar	(7)		(19)	
- Devedores diversos	(76)	(2)	(153)	(2)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas				
- Obrigações tributárias	(61)	30	16	47
- Obrigações fornecedores	3	5	8	5
- Outras obrigações	95	(64)	86	23
Caixa proveniente/(usado) nas operações	73	263	104	497
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(13)	(106)	(62)	(138)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	60	157	42	359
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
- Distribuição de Dividendos	(25)		(392)	
- Juros sobre capital próprio	(52)		(52)	
- Integralização de Capital Social			300	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(77)	-	(144)	-
Aumento/(Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa	(17)	157	(102)	359
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.633	1.561	1.718	1.359
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.616	1.718	1.616	1.718



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1) Contexto Operacional

A Giro Sociedade de Crédito Direto S/A é uma sociedade anônima de capital fechado e com fins lucrativos, tributada pelo Lucro Real, sediada na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1488, Cj. 1006, Bairro Centro, Curitiba – PR. Conforme previsto no artigo 3º do seu Estatuto Social, se dedica ao objeto social inerente às Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), como realização de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Prestar serviços de análise de créditos para terceiros; cobrança de crédito de terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito em meio de plataforma eletrônica. Obteve autorização do Banco Central do Brasil, para exercer a atividade, aos 6/10/2020 e teve seu ato constitutivo devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial do Paraná, aos 14/12/2020.

2) Base para Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, com a Resolução BCB Nº4.818/20 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Procedimentos CPC	Resolução BACEN/CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de dem contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09



CPC 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do valor justo	4.748/19

As Demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria no dia 22 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

2.3. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, a Giro SCD realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.



3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são as seguintes:

3.1. Reconhecimento de receitas

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita



a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis. A Empresa reconhece perda para crédito de liquidação duvidosa quando a Administração entende ter risco de perda na realização de tais créditos (perda esperada).

3.4. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3.5. Instrumentos Financeiros

a) Títulos e Valores Mobiliários:

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e



Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira de serem mantidos até o vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço no resultado do período.

Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo.

b) Operações de Crédito:

Conforme a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

A Companhia origina operações de crédito que são autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os requisitos da Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em níveis de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), levando em consideração os níveis de atraso das operações e o julgamento da Administração quanto a outros aspectos do nível de risco.

As receitas e encargos das operações de crédito em atraso são reconhecidas no resultado do exercício até o 59º dia. A partir do 60º dia de atraso são reconhecidas como receita no resultado apenas no seu efetivo recebimento.

As operações de crédito classificadas como nível “H” são baixadas contra a provisão existente, após 6 (seis meses) de sua classificação nesse risco e transferidas para contas de compensação, onde permanecem registradas pelo prazo mínimo de 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos



provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Atualmente a Companhia tem originado operações e realizado cessão sem coobrigação de sua carteira de crédito no mesmo dia da originação das operações. As operações que eventualmente constam em balanço são operações que serão cedidas no próximo dia útil.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.



3.7. Tributação sobre a renda

Tributos correntes

(i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** o IRPJ é apurado pelo lucro real, estimativa mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00.

(ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 20% sobre a base de cálculo apurada no trimestre.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.8. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.



As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.9. Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3.4., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis

- **Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.



- **Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.

- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

4) **Riscos**

4.1 **Risco de estrutura de capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital pela instituição. Visando o atendimento à resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do BACEN, a companhia adotou uma política de gerenciamento de capital que constituiu um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

4.2 **Risco operacional**

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.



4.3 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

4.4 Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

4.5 Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos e passivos pré-fixados em juros e inflação da Companhia.

4.6 Risco Institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

4.7 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos.



Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

4.8 Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

4.9 Risco de inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

5) Disponibilidades

A conta “Disponibilidades” compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Bancos c/ movimento	724	346
CDB Banco Inter – Liquidez Diária (a)	892	1.372
Total Caixas e equivalentes	1.616	1.718

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) com títulos privados em moeda nacional, remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (93% a 100% do CDI em média) sendo prontamente



convertíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Garantias:** Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam aplicações financeiras dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos.

6) Devedores diversos

A conta “Devedores diversos” se referem a valores transitórios de recebimentos que não foram sensibilizados no banco e baixaram seus respectivos contratos.

7) Obrigações tributárias

A conta “Obrigações tributárias” estão dispostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IOF a Recolher	83	84
IRPJ a Recolher		18
CSLL a Recolher	4	21
Impostos S/ Serv/ Terceiros	10	
PIS/COFINS a Recolher	15	6
Total de Obrigações tributárias	112	129

8) Obrigações estatutárias

A conta “obrigações estatutárias” se referem a valores de dividendos destinados a pagar aos acionistas da Giro que serão pagos à medida que o fluxo de caixa permita que a obrigação seja liquidada sem afetar o volume de operações de crédito originadas. Ao final do semestre o saldo remanescente era de R\$ 33.323,43 (trinta e três mil e trezentos e vinte e três reais e quarente e três centavos).

9) Outras obrigações

A conta “outras obrigações” são referentes as comissões que a Companhia paga para intermediários explorarem e captarem negócios em nome da Giro SCD, além de valores pendentes a repassar devido aprovação da contratação de crédito e a não liberação dos recursos e estão dispostos da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a liberar	5	21
Correspondentes Bancários a Pagar	105	3
Total de Outras obrigações	110	24



10) Patrimônio líquido

10.1 - Capital Social - O Capital Social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), representado por 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

10.2 - (-) Capital a Integralizar – No 1º semestre de 2023 os acionistas integralizaram os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) remanescente do capital social subscrito.

10.3 - Reserva Legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

10.4 – Dividendos/JCP Pagos – Em 2023 a companhia realizou o pagamento de R\$ 392.385,77 na forma de dividendos e R\$ 52.214,27 na forma de Juros Sobre Capital Próprio perfazendo um montante de R\$ 444.600,04 na forma de remuneração aos acionistas distribuída aos acionistas.

11) Lucro Bruto

O Lucro Bruto é composto de receitas operacionais deduzidas às deduções das Receitas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	2º-Sem-2023	2º-Sem-2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	1.461	739	2.274	1.057
Receitas de operação de crédito		49		51
Receita de títulos de renda fixa (CDB)	80	78	169	152
Lucro na venda de ativos financeiros	512	353	864	595
Recuperação de encargos e despesas	869	259	1.241	259
Deduções da Receita	(68)	(34)	(106)	(49)
COFINS S/ receita	(58)	(29)	(91)	(42)
PIS S/ receita	(10)	(5)	(15)	(7)
Lucro bruto	1.393	705	2.168	1.008



12) Despesas Administrativas

A conta “Despesas Administrativas” é composta por despesas incorridas nos períodos referentes atividades suportes que subsidiam atividade fim dos seus respectivos negócios e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	2º-Sem-2023	2º-Sem-2022	31/12/2023	31/12/2022
Comunicação	(1)	(1)	(1)	(1)
Processamento de dados	(57)	(45)	(107)	(79)
Sistema financeiro	(2)	(1)	(3)	(2)
Serviços de terceiros	(1.003)	(199)	(1.456)	(337)
Serviços técnicos e especializados	(211)	(165)	(434)	(165)
Taxas federais/estaduais/municipais			(1)	
Total Despesas administrativas	(1.274)	(411)	(2.002)	(584)

13) Contingências

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

14) Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período de 31 de dezembro de 2023 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.
